

Minuta da Ata da 53ª Reunião Ordinária
da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima,
realizada em 13/11/2009, 6ª feira, às 15h00, no Ministério da Ciência e Tecnologia,
Esplanada dos Ministérios, Bloco E, Sala de Reuniões dos Conselhos, 2º Andar

Membros Participantes:

1. José Domingos Gonzalez Miguez – Ministério da Ciência e Tecnologia
2. Adriano Santhiago de Oliveira – Ministério da Ciência e Tecnologia
3. Ernani Lustosa Kuhn – Ministério da Fazenda
4. Emanuel Tobias – Ministério dos Transportes
5. Leíza Dubugras – Casa Civil

Outros Participantes:

1. Thiago de Araújo Mendes - Ministério da Ciência e Tecnologia
2. Eagles Muniz Alves – Ministério da Ciência e Tecnologia
3. Marcela Guilles da Conceição – Ministério da Ciência e Tecnologia
4. Cláudio O. da Silva – Ministério das Cidades
5. Josana de O. Lima – Ministério do Meio Ambiente
6. Leandro P. de F. Valentim - Ministério do Meio Ambiente
7. Samira Sana Fernandes de Souza – Ministério de Minas e Energia
8. João Luiz Tedeschi – Ministério de Minas e Energia
9. Leandro Waldvogel – Ministério das Relações Exteriores
10. Roberto Cavalcante - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Resumo das discussões e decisões da 53ª Reunião Ordinária da Comissão:

- Aprovação da Ata da 52ª Reunião Ordinária
- Análise dos projetos – síntese:

Número	Projeto	Posição anterior	Posição pós-reunião
193	Usina Interlagos	Ressalvas	Não submetido
201	PCH Faxinal II	Revisão	Não submetido
235	PCH Goiandira	Revisão	Aprovado
237	Jaguarão	Revisão	Não submetido
238	Serra dos Antunes	Revisão	Não submetido
239	Livramento	Revisão	Não submetido
243	Rafard	Revisão	Não submetido
244	Costa Pinto	Revisão	Não submetido
245	BRASCARBON 02	Revisão	Aprovado
246	BRASCARBON 03	Revisão	Ressalvas
247	BRASCARBON 05	Revisão	Ressalvas
248	BRASCARBON 07	Revisão	Ressalvas
249	BRASCARBON 08	Revisão	Aprovado
251	Queluz e Lavrinhas	Revisão	Ressalvas
252	Ecobio Carbon 02	Revisão	Ressalvas
253	Ecobio Carbon 03	Revisão	Ressalvas
254	Ecobio Carbon 05	Revisão	Ressalvas
258	Gás de Aterro de Natal	Submetido	Ressalvas
259	PCH Barra da Paciência	Recebido	Submetido
260	PCH Arvoredo e Varginha	Recebido	Submetido
261	São Fernando	Recebido	Submetido
262	Granja Paraíso	Recebido	Submetido
263	Dourados & Andradina	Recebido	Submetido

➤ Outros Assuntos:

- Pedido de esclarecimento do representante do Ministério dos Transportes sobre a possibilidade de um projeto governamental de grande porte ser enquadrado no MDL e gerar Reduções Certificadas de Emissões (RCEs);
- Carta da OAB sobre natureza jurídica e tratamento tributário das RCE's;
- COP 15.

O Secretário Executivo da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, Dr. José Domingos Gonzalez Miguez, após dar as boas vindas aos presentes, iniciou a 53ª Reunião Ordinária da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima pela aprovação da ata da 52ª Reunião Ordinária da Comissão.

1. Aprovação da Ata da 52ª reunião ordinária da Comissão Interministerial.

O Secretário, Dr. José Domingos Gonzalez Miguez, questionou se existiria alguma modificação a ser realizada na ata da 52ª Reunião Ordinária da Comissão. Alguns membros solicitaram um pouco mais de tempo para a leitura da ata. Com base na solicitação, o Dr. Miguez sugeriu que se houvesse algum comentário ou modificação que fossem encaminhados num prazo de uma semana. Na ausência de manifestação dentro do prazo estipulado, a ata seria considerada aprovada.

2. Deliberação sobre projetos de MDL submetidos à Comissão Interministerial.

O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez iniciou a deliberação pelos projetos aprovados com ressalvas cujos proponentes não apresentaram respostas satisfatórias aos ofícios enviados pela CIMGC há mais de 60 dias.

- 193 – Projeto de Co-geração da Usina **Interlagos** (ofício 379, de advertência, enviado em 22/10/2008. Em 23/01/2009 foi recebida mensagem eletrônica informando interesse quanto à manutenção do projeto. Em 18/03/2009 foi recebida correspondência contendo solicitação similar. Novo ofício (412) enviado pela Sec. Executiva da CIMGC em 12/8/2009. Resposta recebida em 18/8/2009. e-mail recebido em 21/8/09 com informação sobre dificuldades contratuais com a validadora atual. Cogitava-se mudança de EOD). Até o momento da reunião não foi recebida pela Secretaria Executiva nenhuma outra informação do proponente.

O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez registrou que já havia transcorrido um tempo muito superior aos 60 dias estipulados para resposta dos proponentes após o recebimento dos ofícios que solicitam esclarecimentos. Tendo em vista que os proponentes não conseguiram validar o projeto, sugeriu-se a retirada desse projeto da pauta, solicitando que os proponentes realizassem uma nova submissão assim que fosse possível.

Em razão do decurso de prazo, bem como da ausência de respostas satisfatórias dos proponentes, os membros da CIMGC decidiram considerar o Projeto de Co-geração da **Usina Interlagos** como **não-submetido**. Também ficou decidido que seria enviado um ofício com a informação sobre a referida decisão, no qual ainda seria solicitado aos proponentes que submetam novamente o projeto assim que todos os problemas forem resolvidos.

O Secretário, Dr. José Domingos Gonzalez Miguez, passou em seguida para a categoria de projetos **em revisão** cujos proponentes **ainda não** apresentaram respostas aos ofícios enviados pela CIMGC há mais de 60 dias.

- 201 – Projeto Pequena Central Hidroelétrica **Faxinal II** (ofício 389, enviado em 27/01/2009. Em 18/03/2009 foi recebida correspondência, informando interesse quanto à manutenção do projeto. Novo ofício (413) enviado pela Sec. Executiva da CIMGC em 12/8/2009. Resposta recebida em 18/8/2009). Até o momento da reunião não fora recebida pela Secretaria Executiva nenhuma outra informação do proponente.

O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez sugeriu a mesma deliberação do projeto considerado acima.

A palavra foi passada para a senhora Samira Sana Fernandes de Souza (MME) que questionou se esse projeto receberia uma nova numeração após a eventual nova submissão. O Dr. Miguez manifestou o entendimento de que seria considerado como um novo projeto, recebendo, portanto, nova numeração.

Em razão do decurso de prazo, bem como da ausência de respostas satisfatórias dos proponentes, os membros da CIMGC decidiram considerar o Projeto **Pequena Central Hidroelétrica Faxinal II** como **não submetido**. Também ficou decidido que seria enviado um ofício com a informação sobre a referida decisão, no qual ainda seria solicitado aos proponentes que submetam novamente o projeto assim que todos os problemas forem resolvidos.

Na sequência, o Secretário, Dr. José Domingos Gonzalez Miguez, passou para a deliberação dos projetos em revisão cujos proponentes **ainda não** apresentaram respostas aos ofícios enviados pela CIMGC e que estão com o prazo de respostas expirado

- 237 – Parque Eólico **Jaguarão** (ofício 405 enviado em 23/07/2009);
- 238 – Parque Eólico **Serra dos Antunes** (ofício 411 enviado em 23/07/2009);
- 239 - Parque Eólico **Livramento** (ofício 408 enviado em 23/07/2009);
- 243 – Projeto de Co-geração com Bagaço **Rafard** (PCBR) (ofício 410 enviado em 23/07/2009);
- 244 – Projeto de Co-geração com Bagaço **Costa Pinto** (PCBCP) (ofício 406, enviado em 23/07/2009).

Em razão do decurso de prazo, bem como da ausência de respostas satisfatórias dos proponentes, o Dr. José Domingos Gonzalez Miguez sugeriu que a CIMGC considerasse os projetos 237, 238 e 239 como não submetidos, enviando-se um ofício similar aos casos tratados acima. Portanto, a CIMGC deliberou dessa forma.

O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez relatou que a Secretaria Executiva entrou em contato com os proponentes do Projeto de Co-geração com Bagaço **Rafard** e do Projeto de Co-geração com Bagaço **Costa Pinto**, que manifestaram a intenção de encaminhar respostas aos ofícios.

A CIMGC deliberou que se os ofícios não fossem respondidos até o prazo de uma semana, os dois projetos mencionados acima (Projeto de Co-geração com Bagaço **Rafard** e Projeto de Co-geração com Bagaço **Costa Pinto**) seriam considerados como **não-submetidos**. Nesse caso, seriam enviados ofícios similares aos casos tratados anteriormente.

Na seqüência, o Secretário, Dr. José Domingos Gonzalez Miguez, passou a considerar os projetos em revisão cujos proponentes apresentaram respostas aos ofícios em conformidade com a Resolução 05 da CIMGC .

- 235 – Atividade do Projeto das Pequenas Centrais Hidrelétricas **Goiandira**, Pedra do Garrafão, Pirapetinga e Sítio Grande (ofício 429, enviado em 23/09/2009, com resposta recebida em 29/10/2009).

O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez questionou se existiria alguma objeção em relação à aprovação do projeto.

Na ausência de objeção, a CIMGC deliberou pela aprovação do Projeto das Pequenas Centrais Hidrelétricas **Goiandira**.

- 245 – **BRASCARBON** Projeto de Recuperação de Metano BCA-BRA-02, Brasil (ofício 414, enviado em 25/08/2009, com resposta recebida em 09/09/2009).

O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez questionou se existiria alguma objeção em relação à aprovação do projeto.

Na ausência de objeção, a CIMGC deliberou pela aprovação do Projeto **BRASCARBON** de Recuperação de Metano BCA-BRA-02.

- 246 – **BRASCARBON** Projeto de Recuperação de Metano BCA-BRA-03 (ofício 416, enviado em 25/08/2009, com resposta recebida em 09/09/2009);

O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez questionou se o Dr. Adriano Santhiago gostaria de expor quais seriam as ressalvas contidas no parecer do MCT, elaborado para o referido projeto.

O Dr. Adriano Santhiago citou que havia uma ressalva quanto à necessidade de retirada de uma referência em inglês no DCP. A segunda ressalva se referia ao recebimento atrasado de cartas convite por parte de alguns atores.

A senhora Josana de O. Lima manifestou que o MMA considerava que o projeto poderia ser aprovado sem ressalvas.

A senhora Samira Sana Fernandes de Souza disse que a posição do MME era pela aprovação do projeto, mas que não teria problemas em considerar as ressalvas do MCT.

Portanto, a CIMGC deliberou pela aprovação do projeto BRASCARBON de Recuperação de Metano BCA-BRA-03 com as seguintes ressalvas:

1. Corrigir nas páginas 19, 20 e 21 da versão em português do Relatório de Validação os itens que apresentam o seguinte erro: **Error! Reference source not found.**
2. O proponente precisa esclarecer se houve algum comentário por parte dos órgãos que receberam a carta convite com atraso, neste caso a Prefeitura Municipal de Pará de Minas e a Câmara Municipal de Pará de Minas.

- 247 – **BRASCARBON** Projeto de Recuperação de Metano BCA-BRA-05 (ofício 415, enviado em 25/08/2009, com resposta recebida em 09/09/2009);

O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez passou a palavra para o Dr. Adriano Santhiago que falou sobre duas ressalvas: uma com relação à notação científica no relatório de validação da versão em inglês e outra sobre o esclarecimento sobre o número de animais que era menor na licença ambiental do que aquele que constava no DCP.

A senhora Josana de O. Lima disse o MMA considerou que o projeto poderia ser aprovado sem ressalvas. A senhora Samira Sana Fernandes de Souza manifestou que a posição do MME também era pela aprovação do projeto. Contudo, os dois ministérios não teriam problemas em considerar as ressalvas do MCT.

Portanto, a CIMGC deliberou pela aprovação do projeto **BRASCARBON** de Recuperação de Metano BCA-BRA-05 com as seguintes ressalvas:

1. Quanto à incompatibilidade entre o número de animais constante nas Licenças Ambientais e o informado no DCP, o proponente deve esclarecer se o acréscimo no número de animais é devido à mortalidade ou natalidade dos animais em confinamento, pois parece ter havido um equívoco na resposta encaminhada.
2. Corrigir erros de conotação científica ainda constantes do Relatório de Validação na versão em inglês.

- 248 – **BRASCARBON** Projeto de Recuperação de Metano BCA-BRA-07 (ofício 417, enviado em 25/08/2009, com resposta recebida em 17/09/2009);

O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez passou a palavra para a senhora Josana de O. Lima que citou problemas relacionados ao licenciamento ambiental, fato que levou o MMA a sugerir a aprovação do projeto com ressalvas.

O Dr. Adriano Santhiago manifestou que o MCT considerou que o projeto poderia ser aprovado sem ressalvas. A senhora Samira Sana Fernandes de Souza também registrou que a posição do MME era pela aprovação do projeto. Contudo, ambos os ministérios não teriam problemas em considerar a ressalva observada pelo MMA.

A CIMGC deliberou pela aprovação do projeto **BRASCARBON** de Recuperação de Metano BCA-BRA-07 com a seguinte ressalva:

1. Apresentação de licença de operação válida para as propriedades Granja Barro Preto e Fazenda Santo Antônio.

- 249 – **BRASCARBON** Projeto de Recuperação de Metano BCA-BRA-08 (ofício 418, enviado em 25/08/2009, com resposta recebida em 09/09/2009).

O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez registrou que o parecer do MCT era pela aprovação. A senhora Josana de O. Lima e a senhora Samira Sana Fernandes de Souza manifestaram também que os pareceres do MMA e MME eram pela aprovação do projeto.

A CIMGC deliberou pela aprovação do Projeto **BRASCARBON** de Recuperação de Metano BCA-BRA-08.

- 252 – Projeto de tratamento e utilização de dejetos suínos Ecobio Carbon – Suinocultura nº 02 (ofício 424, enviado em 21/09/2009, com resposta recebida em 07/10/2009).

O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez passou a palavra para o Dr. Adriano Santhiago que falou sobre três ressalvas: uma com relação à menção de análise de sensibilidade presente no relatório de validação e ausente no DCP, a segunda referente ao volume do biofertilizante e valores econômicos relacionados com vantagens econômica e a terceira relacionada a esclarecimentos sobre a distribuição/destino do biofertilizante.

A senhora Josana de O. Lima ressaltou problemas de licenciamento ambiental em duas propriedades, e assim o parecer do MMA seria pela aprovação com ressalvas.

A senhora Samira Sana Fernandes de Souza disse que a posição do MME era pela aprovação do projeto.

A CIMGC deliberou pela aprovação do Projeto de tratamento e utilização de dejetos suínos Ecobio Carbon – Suinocultura nº 02 com as seguintes ressalvas:

1. Segundo apresentado pelo proponente existe uma vantagem econômica com a produção do biofertilizante que não ocorreria na ausência do projeto. Ou seja, a

produção de biofertilizante na linha de base é menos eficiente (toma mais tempo e com uma qualidade do produto inferior) do que aquela encontrada na atividade de projeto. Apesar da apresentação do argumento do proponente de que não há como quantificar economicamente a produção de biofertilizante, acredita-se que esta afirmação não é satisfatória, pois ao menos estimativas poderiam ser levantadas para que não houvesse questionamentos sobre a adicionalidade financeira do projeto. Solicitamos novamente o esclarecimento de tais pontos.

2. Como apontado pelo proponente, a distribuição do biofertilizante será feita para outras áreas fora dos limites do projeto. Por isso, qual seria o custo/receita dessa distribuição? Esta distribuição é feita voluntariamente? Ou o proponente recebe algum valor monetário ao oferecer o biofertilizante para terceiros? Esclarecer as causas da não inclusão dessa distribuição na análise de investimento.
3. Apesar do Relatório de Validação mencionar a análise de sensibilidade, o mesmo não é encontrado no DCP. Esclarecer esse ponto.
4. Apresentar a licença de operação válida para as propriedades do Sr. Ido Spies, bem como do Sr. José Sobrinho.

➤ 253 – Projeto de tratamento e utilização de dejetos suínos Ecobio Carbon – Suinocultura nº **03** (ofício 425, enviado em 21/09/2009, com resposta recebida em 07/10/2009).

O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez registrou que o parecer do MCT apresentava ressalvas.

A palavra foi passada para o Dr. Adriano Santhiago que mencionou que o projeto em questão apresentava as mesmas ressalvas do projeto considerado anteriormente.

A senhora Josana de O. Lima disse que o parecer do MMA era pela aprovação do projeto.

A senhora Samira Sana Fernandes de Souza disse que a posição do MME era pela aprovação do projeto.

As ressalvas levantadas pelo MCT foram acatadas

A CIMGC deliberou pela aprovação do Projeto de tratamento e utilização de dejetos suínos Ecobio Carbon – Suinocultura nº **03** com as seguintes ressalvas:

1. Apesar do Relatório de Validação mencionar a análise de sensibilidade, o mesmo não é encontrado no DCP. Esclarecer esse ponto.
2. Segundo apresentado pelo proponente, existe uma vantagem econômica com a produção do biofertilizante que não ocorreria na ausência do projeto. Ou seja, a produção de biofertilizante na linha de base é menos eficiente (toma mais tempo e com uma qualidade do produto inferior) do que aquela encontrada na atividade de

projeto. Apesar da apresentação do argumento do proponente de que não há como quantificar economicamente a produção de biofertilizante, acredita-se que esta afirmação não é satisfatória, pois ao menos estimativas poderiam ser levantadas para que não houvesse questionamentos sobre a adicionalidade financeira do projeto. Solicitamos novamente o esclarecimento de tais pontos.

3. Como apontado pelo proponente, a distribuição do biofertilizante será feita para outras áreas fora dos limites do projeto. Por isso, qual seria o custo/receita dessa distribuição? Esta distribuição é feita voluntariamente? Ou, o proponente recebe algum valor monetário ao oferecer o biofertilizante para terceiros? Solicitamos esclarecer as causas da não inclusão dessa distribuição na análise de investimento.

- 254 – Projeto de tratamento e utilização de dejetos suínos Ecobio Carbon – Suinocultura nº 05 (ofício 426, enviado em 21/09/2009, com resposta recebida em 07/10/2009).

A palavra foi passada para o Dr. Adriano Santhiago que manifestou as mesmas ressalvas consideradas nos dois projetos analisados anteriormente.

A senhora Josana de O. Lima ressaltou problemas de licenciamento ambiental em dez propriedades, assim o parecer do MMA também seria pela aprovação com ressalvas.

A senhora Samira Sana Fernandes de Souza ressaltou problemas nas licenças de instalação e operação em duas propriedades.

A CIMGC deliberou pela aprovação do Projeto de tratamento e utilização de dejetos suínos Ecobio Carbon – Suinocultura nº 05 com as seguintes ressalvas:

1. Apesar do Relatório de Validação mencionar a análise de sensibilidade, o mesmo não é encontrado no DCP. Esclarecer esse ponto.
2. Segundo apresentado pelo proponente, existe uma vantagem econômica com a produção do biofertilizante que não ocorreria na ausência do projeto. Ou seja, a produção de biofertilizante na linha de base é menos eficiente (toma mais tempo e com uma qualidade do produto inferior) do que aquela encontrada na atividade de projeto. Apesar da apresentação do argumento do proponente de que não há como quantificar economicamente a produção de biofertilizante, acredita-se que esta afirmação não é satisfatória, pois ao menos estimativas poderiam ser levantadas para que não houvesse questionamentos sobre a adicionalidade financeira do projeto. Solicitamos novamente o esclarecimento de tais pontos.
3. Como apontado pelo proponente, a distribuição do biofertilizante será feita para outras áreas fora dos limites do projeto. Por isso, qual seria o custo/receita dessa distribuição? Esta distribuição é feita voluntariamente? Ou, o proponente recebe algum valor monetário ao oferecer o biofertilizante para terceiros? Solicitamos esclarecer as causas da não inclusão dessa distribuição na análise de investimento.

4. Com relação aos seguintes empreendimentos, que estão com Licenças de Operação expiradas e para os quais foram apresentados requerimentos de renovação de licença protocolados em diferentes anos, **apresentar Licença de Operação válida ou comprovante do andamento do pedido de renovação junto ao Órgão Ambiental competente**: Romário Schaefer; Mario Grando; Valdir Roberto Kaefer – UPLs; Walter Sirtoli; Elio Casarin; Paulo Domingos Costa Curta; Evalmir Heller; Laudir Bison; Marlise Beatriz Grams Gish, Luiz Carlos Miotto e Ademar Hofstetter.

Na sequência, o Secretário, Dr. José Domingos Gonzalez Miguez, passou para a deliberação dos projetos em revisão cujos proponentes apresentaram respostas aos ofícios em não conformidade com a Resolução 05 da CIMGC.

- 251 – Projeto de Energia Renovável Queluz e Lavrinhas (ofício 427, enviado em 21/09/2009, com resposta recebida em 06/11/2009).

O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez manifestou que o MCT foi capaz de conduzir a análise do projeto em questão, apesar das respostas terem chegado fora do prazo. Questionou se a CIMGC teria problemas em considerar a referida análise. Na ausência de objeção, passou a palavra para o Dr. Adriano Santhiago que registrou uma ressalva em relação ao anexo III. Ele disse que o proponente deveria melhorar o ponto referente à geração de empregos.

A senhora Josana de O. Lima disse que o parecer do MMA seria pela aprovação do projeto. A senhora Samira Sana Fernandes falou que o parecer do MME também seria pela aprovação do projeto. Mas ambas não tiveram problemas em considerar a ressalva do MCT.

A CIMGC deliberou pela aprovação do Projeto de Energia Renovável Queluz com a seguinte ressalva:

1. Reapresentar o Anexo III harmonizando a seção C junto à informação apresentada no PAF 1 do Relatório de Validação. A referida seção necessita de informações mais elaboradas.

Na sequência, o Secretário, Dr. José Domingos Gonzalez Miguez, passou para a deliberação dos projetos submetidos para a 54ª Reunião:

- 258 – Projeto de Captura de Gás do Aterro de Natal, (projeto recebido pela Secretaria Executiva em 10/09/2009).

O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez registrou que mesmo estando submetido para a próxima reunião, o MCT foi capaz de elaborar um parecer sobre o projeto. Questionou se a CIMGC teria problemas em considerar a referida análise. Na ausência de objeção, passou a palavra para o Dr. Adriano Santhiago. O Dr. Adriano manifestou que a validade da metodologia do projeto expirará em fevereiro de 2010, e destacou as ressalvas, tais como a incompatibilidade de reduções de emissões no DCP, melhoria na elaboração do ponto referente à distribuição de renda constante do anexo III, esclarecimento na entrega de cartas

convite para uma associação de moradores e apresentação de documentação que comprove para a CIMGC quem é o representante legal do projeto junto à CIMGC.

A senhora Josana de O. Lima ressaltou que a licença ambiental estava vencida, assim o parecer do MMA seria pela aprovação com ressalvas.

A senhora Samira Sana Fernandes falou que o parecer do MME seria de aprovação com ressalvas, pois a licença ambiental estava vencida, faltava menção ao sistema de captação e queima de biogás na atividade do projeto, e restava esclarecer a relação entre as empresas Sereco e Braseco.

A CIMGC deliberou pela aprovação do Projeto de Captura de Gás do Aterro de Natal com as seguintes ressalvas:

1. Reapresentação do DCP/PDD para:

- ✓ Revisar e harmonizar os dados da tabela da página 7 do DCP, que afirma que serão reduzidas 668.442 toneladas de CO₂eq e das tabelas da páginas 48 em que o valor apresentado é de 666.848 toneladas de CO₂eq;
- ✓ Revisar e harmonizar os dados apresentados na página 40 do DCP (um único valor para o parâmetro $BE_{CH_4,SWDS,y}$ 195.506,71 t CO₂) com aqueles apresentados na página 42 onde são apresentados valores para todos os anos do projeto, sendo que o valor de 195.506,71 não consta da tabela;
- ✓ Revisar e harmonizar os dados da página 43 do DCP, que apresentam os mesmos valores para o resíduo orgânico e de papel, apesar da afirmação de que a composição do resíduo do aterro é de 53,05% para orgânicos e 11,5% para papel.
- ✓ Revisar e harmonizar os valores para 2016 no DCP (tabela 8 página 43, tabela 9 página 44, tabela 10 página 45, tabela 15 e B.6.4 página 48), que divergem dos valores das mesmas tabelas no PDD (páginas 40, 41, 42, 45);
- ✓ Revisar e harmonizar o valor de $MG_{PR,y}$, que diverge entre o DCP – página 58 (6.256) e PDD – página 54 (9.329.95).
- ✓ Apresentar documentação que comprove o aviso formal, junto ao órgão ambiental, sobre as novas instalações no aterro.

Aspectos de tradução:

- ✓ Rever tradução do nome da referência à ferramenta para calcular a linha de base e emissões fugitivas (EB 39 Anexo 7, versão 1).
 - ✓ Revisar a tradução da alternativa 1 da seção B. 4.
2. Reapresentar o Relatório de Validação para revisar o título do projeto no relatório, que não é o mesmo daquele apresentado no DCP (“Projeto de Recuperação de Gás de Aterro de Natal”, e não “Projeto de Captura de Gás do Aterro de Natal”).
 - ✓ Corrigir problemas de ortografia ao longo de todo o relatório como, por exemplo, na página 21: “usadda”; “caa DOE”, etc.
 3. Reapresentar o Anexo III apresentando argumentos objetivos especialmente em termos da distribuição de renda para sinalizar a contribuição do projeto para o desenvolvimento sustentável.
 4. Apresentar justificativa do não cumprimento dos prazos com relação ao envio das cartas-convite. As cartas foram enviadas no dia 03/12/2008, após o período das entrevistas de Acompanhamento com as partes interessadas do projeto, que foi realizada pela equipe de auditoria da TUV NORD em dois momentos: (a) nos dias 20 e 21 de julho de 2006; (b) 15 de setembro de 2008.
 5. Apresentar AR que comprove a entrega da carta-convite para a Associação de Moradores e Amigos de Massaranduba.
 6. Apresentar documentação que comprove que o Sr. Henrique Muniz Dantas é o representante legal da empresa SERECO/SA.
 7. Explicar a relação entre as empresas SERECO e BRASECO, pois a primeira está relacionada como proponente do projeto MDL e a licença ambiental foi apresentada em nome da segunda.

Na sequência, o Secretário, Dr. José Domingos Gonzalez Miguez, apresentou os seguintes projetos, os quais foram deliberados pela CIMGC como **submetidos** para a próxima reunião:

- 259 – Geração de Energia Elétrica a partir de fontes renováveis – Pequenas Centrais Hidrelétricas de Barra da Paciência, Ninho de Águia, Corrente Grande, Paiol, São Gonçalo e Várzea Alegre (projeto recebido pela Secretaria Executiva em 06/11/2009).
- 260 - Geração de Energia Elétrica a partir de fontes renováveis - Pequenas Centrais Hidrelétricas de Arvoredo e Varginha (projeto recebido pela Secretaria Executiva em 06/11/2009).

- 261 – Projeto de Cogeração de Biomassa São Fernando (projeto recebido pela Secretaria Executiva em 06/11/2009).
- 262 – Agrocereis – Captura e combustão de metano na Granja Paraíso (projeto recebido pela Secretaria Executiva em 09/11/2009)
- 263 - Projeto de Compostagem da Organoeste Dourados & Andradina (projeto recebido pela Secretaria Executiva em 10/11/2009)

Na sequência, o Secretário, Dr. José Domingos Gonzalez Miguez, passou para outros assuntos a serem discutidos pela CIMGC.

- Carta da OAB sobre natureza jurídica e tratamento tributário das RCE's.
- COP 15.

Antes dos dois assuntos serem considerados, o representante do Ministério dos Transportes, Dr. Emanuel Tobias, solicitou a palavra para tratar de outro tema. O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez passou a palavra para o representante do Ministério dos Transportes. Ele disse que o Ministério dos Transportes recebera uma consulta da Procuradoria Federal da 1ª Vara Federal de Umuarama, onde está tramitando uma ação civil pública relativa à hidrovía Tietê Paraná. Ele disse que a Advocacia Geral da União consultou o Ministério dos Transportes sobre a possibilidade de um projeto governamental de grande porte ser enquadrado como um projeto no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e gerar Reduções Certificadas de Emissões. O Dr. Emanuel Tobias disse que faria essa consulta formalmente à CIMGC, mas solicitou um debate preliminar.

O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez disse que o MDL não faz distinção se o projeto é público ou privado. A regulamentação do MDL exige que se tenha uma aprovação nacional do projeto e que o mesmo contribua para o desenvolvimento sustentável do país e seja elaborado de forma voluntária. Assim, a Autoridade Nacional Designada, que é a CIMGC, fornece uma carta de aprovação do projeto ao final de sua avaliação pela Comissão. O projeto tem que satisfazer as modalidades e procedimentos do MDL que foram aprovadas em Marraqueche (COP-7), que regulamenta o MDL no âmbito do Protocolo de Quioto. Isso é analisado pelo Conselho Executivo do MDL em Bonn, onde ocorre outra etapa de aprovação do projeto (formalmente conhecida como Registro).

O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez registrou que a CIMGC não está apenas fornecendo a carta de aprovação baseada na contribuição para o desenvolvimento sustentável e no caráter voluntário do projeto. A Comissão auxilia no bom trâmite do projeto ao expandir a análise para além desses dois elementos, avaliando a adequação dos projetos às modalidades e procedimentos do MDL. O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez fez questão de lembrar que a ideia não é criar obstáculos, mas sim que, após a aprovação da CIMGC, o projeto siga para o Conselho Executivo do MDL na forma mais correta possível, de tal forma que não apresente objeções que não possam ser identificadas na fase nacional de aprovação. Ele

registrou ainda que essa atitude tem sido bem recebida pelo mercado, o qual entende que a aprovação da CIMGC significa uma aprovação mais facilitada no âmbito da ONU.

Quanto a aspectos mais específicos da situação manifestada pelo Dr. Emanuel, o Dr. José Domingos Gonzalez Miguez registrou o entendimento de que esse tipo de projeto poderia apresentar obstáculo relacionado à adicionalidade. Foi citado como exemplo similar a hidrelétrica de Santo Antonio e Jirau, o qual a princípio também teria problemas em ser considerada adicional nos termos do MDL. Se esse tipo de projeto fosse submetido à CIMGC e aprovado nacionalmente quanto à contribuição ao desenvolvimento sustentável, seria difícil que o projeto fosse considerado adicional na etapa da aprovação (registro) em Bonn. Enfim, o Dr. José Domingos Gonzalez Miguez disse só estava fornecendo informação adicional para que o Dr. Emanuel Tobias fizesse uma avaliação mais fundamentada. Mas que não estava fazendo nenhum pré-julgamento dos projetos citados.

O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez disse a princípio não existe nenhum tipo de objeção quanto ao tipo de financiamento ser público ou privado. Também não existe nenhum tipo de objeção quanto à escala ser grande ou pequena. O objetivo é reduzir as emissões de gases de efeito estufa. O espírito do MDL e da CIMGC vai no sentido de que os projetos brasileiros sejam reconhecidos por combater verdadeiramente a mudança do clima.

O Dr. Emanuel Tobias disse que uma hidrovía tem um retorno muito significativo, na medida em que ela retira milhares de caminhões das rodovias e provavelmente a obra seria feita independente dessa questão. O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez disse que o projeto terá que justificar se a obra seria feita, qual seria a taxa interna de retorno e a CIMGC analisaria o projeto. Se fosse aprovado, existiria ainda uma segunda análise na ONU e a idéia é impedir a emissão de créditos indevidos.

O Dr. Emanuel Tobias considerou a questão esclarecida de maneira preliminar, e disse que levará esse posicionamento para Advocacia Geral da União, agradecendo em seguida.

O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez disse que o Ministério dos Transportes poderia solicitar um parecer da Secretaria Executiva da CIMGC, pois existe uma equipe de advogados que presta assessoria jurídica à Comissão.

O Dr. Adriano Santhiago lembrou que é necessário fazer uma comunicação ao Conselho Executivo, com cópia para a CIMGC, quando existir a intenção de se iniciar um projeto MDL. Trata-se de uma nova regra que visa deixar claro que desde o início do projeto os proponentes consideraram a possibilidade do MDL, e não aproveitaram apenas uma oportunidade posterior.

Na sequência, o Dr. José Domingos Gonzalez Miguez, passou a considerar a carta da OAB sobre natureza jurídica e tratamento tributário das Reduções Certificadas de Emissões (RCEs). O Dr. Adriano Santhiago registrou que a OAB de São Paulo criou um comitê de estudo sobre o mercado de carbono em 2007 para tratar, entre outros assuntos, da natureza jurídica da RCE. A posição desse estudo vai no sentido de considerar a RCE como um bem intangível, transacionável por meio de contrato e sessão de direitos. A OAB critica a inclusão de RCE no rol de valores mobiliários, que não traria benefícios para o mercado de carbono.

Segundo a OAB, a própria Comissão de Valores Imobiliários é contrária que a RCE seja considerada um valor mobiliário.

O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez disse que poderia ser preparada uma minuta de resposta para OAB, dizendo que o MCT está plenamente de acordo com essa interpretação de que a RCE é um bem intangível.

Na sequência, o Dr. José Domingos Gonzalez Miguez passou para o item COP-15, tratando mais especificamente sobre o MDL no âmbito dos futuros períodos de compromisso do Protocolo de Quioto. Foi apresentado o estágio das negociações naquela ocasião.

Por fim, o Dr. José Domingos Gonzalez Miguez passou a considerar as datas das reuniões ordinárias da CIMGC para 2010. Ele registrou que a primeira reunião ordinária ocorreria em 12/01/2010, a segunda em 11/03/2010, a terceira em 11/05/2010, a quarta em 08/07/2010, a quinta em 03/09/2010 e a sexta em 29/10/2010. O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez manifestou que deve haver ainda mais uma reunião no ano de 2010 em função do caráter bimestral das reuniões ordinárias da CIMGC.

Como não houve assuntos adicionais a tratar, o Secretário Executivo da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, Dr. José Domingos Gonzalez Miguez, encerrou a reunião, agradecendo uma vez mais a presença de todos, bem como a colaboração de costume.